

Credores confundem teor da proposta

São Paulo - As negociações da dívida externa começaram em meio a muita confusão, com os representantes dos credores apresentando diferentes versões sobre a apresentação da proposta brasileira. Ontem, um dia após o anúncio oficial da proposta brasileira, um executivo de um grande banco credor europeu afirmou que o governo havia levantado até a hipótese de escalonar o pagamento dos juros atrasados (hoje na ordem de US\$ 8 bilhões), sendo 20% neste ano, 20% em 1991 e os 60% restantes sendo incorporados ao principal. Outro executivo, este de um banco americano, afirmou que os representantes do governo propuseram realmente embutir 100% dos juros atrasados no principal da dívida.

Representantes de bancos com assento no comitê de bancos credores revelaram que esta e outras interpretações polêmicas sobre a proposta do governo brasileiro tentariam ser melhor esclarecidas durante a nova rodada de negociações realizada ontem em Nova Iorque, quando haveria uma sessão de perguntas e respostas entre as partes.

Outro assunto que originou versões distintas de interpretação foi a separação da dívida externa do setor privado e o público. Segundo o entendimento de alguns, o governo acenou com a possibilidade do setor privado pagar sua dívida junto aos credores da forma que acordar com os credores. Outro participante da reunião de quinta-feira transmitiu aos seus colegas no Brasil que os representantes do governo informaram que permitirão a negociação livre entre iniciativa privada e credores, mas dentro de patamares estipulados por Brasília com prazos, taxas de juros, etc...

Discrepância

De acordo com o representante de um grande banco credor europeu, o clima de confusão é natural pela novidade da proposta brasileira. "As pessoas sentam-se para negociar com muita ansiedade e este tipo de discrepância nas interpretações é natural", afirmou ele. Afinal, a proposta brasileira não possui nenhum dos preceitos do Plano Brady, modelo de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento formulado pelo go-

verno americano, e nem tenta repetir a fórmula traçada para os acordos mexicano e venezuelano. Esta confusão, porém, chegou a revelar sentimentos negativos em alguns casos. "Esta proposta cria muitas dificuldades para o início das negociações", afirmou, por exemplo, Takinori Suzuki, presidente do Banco de Tóquio.

Um ponto muito citado foi o chamado Zero Coupon Bond (título com prazo de 45 anos e que incorporaria parte da dívida externa), instrumento colocado pelo governo brasileiro como uma das formas de recomposição da dívida. O motivo é que os US\$ 60 bilhões do principal, devidos pelo setor público e passíveis de conversão para esta modalidade financeira, representaria, dentro de 45 anos, apenas 2% do valor de hoje, contabilizando-se os juros praticados no mercado internacional. Ou seja, para cada US\$ 1 milhão de hoje, seu valor real equivaleria a apenas US\$ 20 mil. O governo brasileiro, porém, sugeriu o pagamento de uma taxa de juros por ano de 9% sobre o valor de cada

dólar convertido em Zero Coupon Bond. Neste caso, a dívida de US\$ 60 bilhões chegaria a um valor de US\$ 2,9 trilhões no ano de 2.035, prazo de resgate final do título.

Reações

Um representante de um grande banco americano afirmou, ainda, que os juros que o Brasil pretende pagar nos bônus de 45 anos não serão desembolsados, mas incorporados ao valor do título. O fisco americano, porém, considera este juro como um valor contabilizável como receita da instituição. "Vamos, então, pagar imposto de renda sobre algo que não recebemos", afirmou este executivo americano. "Eu acho, porém, que estruturalmente o pacote apresentado é muito bom", reagiu Igor Cornelsen, representante do Standard Chartered Merchant Bank, instituição inglesa com operações financeiras internacionais especiais. "O problema é que alguns detalhes numéricos não batem, como neste caso do bônus de 45 anos. Mas a estrutura é boa para começar a negociação".